



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 13/X/ 3.ª SL

Aos 16 dias do mês de Janeiro de 2008, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala do senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

1- Teste de subsidiariedade no âmbito da COSAC sobre a COM (2007) 650 Final relativa à Proposta de Decisão-Quadro do Conselho, que altera a Decisão-Quadro 2002/475/JAI, respeitante à luta contra o terrorismo.

A Proposta foi objecto de parecer da Deputada Cláudia Vieira (PS) na 1ª Comissão (CACDLG). Procedeu-se à apreciação do Relatório da Deputada Regina Ramos (PSD) que o apresentou. O Vice-Presidente Nuno Magalhães colocou o relatório à votação, tendo este sido aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e BE e na ausência dos restantes grupos parlamentares.

2- Distribuição dos Relatórios/Pareceres das Comissões especializadas permanentes sobre o acompanhamento das iniciativas da Comissão Europeia;

3- Apresentação, apreciação e votação de Parecer da CAE do Deputado Jorge Tadeu Morgado (PSD) sobre a Comunicação da Comissão Europeia sobre a reforma da Organização Comum de Mercado do vinho (2006-AGRI-003).

4- Aprovação de Actas.

Todos estes pontos da ordem de trabalhos foram adiados para uma próxima reunião em virtude do atrasado da hora.

II PARTE

Audição com o presidente da EUROJUST, Dr. José Luís Lopes da Mota, em conjunto com a Comissão de Assuntos Constitucionais, para debater entre outros temas: as novas competências para a Eurojust e o reforço da cooperação judiciária no sentido da realização de um verdadeiro Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça; o papel dos Parlamentos Nacionais, nomeadamente no controlo das actividades da Eurojust (alínea c) do artigo 8.º-D; alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º-D e alínea b) do n.º 2 do artigo 69.º-G); o fenómeno da transversalidade do crime; os sistemas e as estruturas europeias e os instrumentos legais de cooperação judiciária entre os

Estados-membros da UE (sobretudo em matéria penal), com vista à obtenção de melhores resultados para a Justiça, em geral, e para os cidadãos, em particular; a luta contra a criminalidade transnacional (e.g. o terrorismo) e a protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos; o equilíbrio entre a disponibilidade, intercâmbio e utilização de informação e a garantia de segurança da informação e a protecção dados pessoais; o equilíbrio entre a harmonização de legislações dos Estados-membros da UE e o reconhecimento mútuo das decisões.

O Presidente da EUROJUST, Dr. José Lopes da Mota, fez uma apresentação em powerpoint, seguindo-se o debate no qual intervieram os Deputados Miguel Macedo (PSD), Jacinto Serrão (PS), Nuno Melo (CDS-PP) e António Filipe (PCP). Todos os Deputados felicitaram o Dr. José Lopes da Mota pela sua nomeação.

O Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Deputado Osvaldo de Castro agradeceu igualmente a vinda do Presidente da EUROJUST.

Esta parte da reunião foi gravada em suporte áudio, fazendo parte integrante da presente acta.

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 Abril 2008.

O Vice-PRESIDENTE

(NUNO MAGALHÃES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alcídia Lopes
Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Lopes
Jacinto Serrão
João Semedo
Jorge Tadeu Morgado
Jorge Varanda
Maria de Lurdes Ruivo
Maria Manuel Oliveira
Nuno Magalhães
Zita Seabra
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Regina Ramos Bastos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Umberto Pacheco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Honório Novo
Luís Pais Antunes
Manuel Maria Carrilho
Manuel Mota
Mário Santos David
Nuno Antão
Vitalino Canas